

Ideologia e dominação: a ESG e a transição democrática no Brasil (1974-1989)¹

Ideology and domination: the Superior School of War
and the democratic transition in Brazil (1974-1989)

Everton Rodrigo Santos²

evertons@feevale.br

Resumo. Este artigo analisa as recepções simbólicas efetuadas na Escola Superior de Guerra (ESG) e suas relações com o quadro de dominação assimétrico entre civis e militares no Brasil. A hipótese que orienta o trabalho é que a ESG se constitui num *locus* de recepção de formas simbólicas de tipo ideológica, conforme Thompson (1995), ou seja, que os sentidos mobilizados por esta instituição no período em análise, no quadro da transição à democracia no Brasil (1974/1989), serviram, naquelas circunstâncias sócio-históricas específicas, para sustentar relações de dominação assimétricas e duráveis entre civis e militares, cristalizando, desta forma, seu caráter ideológico. Para tanto, utilizamos a proposta teórico-metodológica de Thompson (1995) em sua Hermenêutica de Profundidade (HP).

Palavras-chave: ideologia, dominação, Escola Superior de Guerra.

Abstract. This work analyzes the forms of symbol receiving adopted by Escola Superior de Guerra - ESG (Superior School of War) and their relation to the asymmetrical dominance relationship between civilians and the military in Brazil. The hypothesis guiding this work is that ESG constitutes a *locus* of receiving of ideology-related symbolic forms, like a (Thompson, 1995). In other words, the senses mobilized by this institution in the period under analysis, during the transition towards democracy in Brazil (1974/1989), served, under those specific social and historical circumstances, to sustain long-lasting asymmetrical dominance relationships between civilians and the military, thus crystallizing its ideological nature. So, we used of theoretical and methodological proposal of (Thompson, 1995) in your Depth Hermeneutis (HP).

Key words: ideology, domination, Superior School of War.

¹ Este artigo é parte de um capítulo da tese de Doutorado em Ciência Política, defendida pelo autor, em 2005, na UFRGS sob o título *Ideologia e Dominação no Quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989). Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra.*

² Mestre e Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Professor titular e pesquisador no Centro Universitário Feevale e professor adjunto na Universidade Luterana do Brasil no Programa de Pós-Graduação em Ontologia (Mestrado e Doutorado) e Direito (Mestrado).

Introdução

No final da década de 1940 é fundada, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da República brasileira, a Escola Superior de Guerra (ESG). Esta escola, como um

“centro misto de estudos militares e civis”, onde se elaboravam alternativas aos obstáculos do desenvolvimento nacional no contexto político do pós-guerra, tinha em sua localização geográfica na capital muito mais do que uma coincidência, um desejo manifesto de influir nos rumos da

política nacional. De fato, na seqüência histórica, a ruptura institucional de 1964 reservou à ESG um importante papel, pois, a partir de suas formulações doutrinárias, foi possível, a um grupo de militares e civis, não somente elaborar um projeto político para o país, que articulasse de forma coerente a segurança com o desenvolvimento econômico, como também catapultar muitos dos seus quadros à estrutura estatal “pós-revolução”, o que ficou cristalizado na ascendência do General Castelo Branco à Presidência da República. Ele mesmo um “esguiano”.

Portanto, a história da ESG coloca a mesma em estreita ligação com os destinos da política nacional. Entretanto, uma importante bibliografia elaborada sobre esta instituição, em décadas pretéritas, parece ter ficado ou aquém ou além de uma importante especificidade desta instituição, no quadro da política nacional, em suas abordagens. Das análises que apresentam a ESG e sua ideologia como um instrumento a serviço da modernização do capitalismo, até as análises marxistas/gramscianas que a colocam a serviço das “classes economicamente dominantes”, em todas elas, a dimensão que mais interessa à análise política e ao futuro da democracia, a saber, as relações de poder, aí estabelecidas entre civis e militares, têm sido, senão negligenciadas, tangencialmente tocadas³.

Desta forma, interessa-nos, particularmente, o estudo da recepção das formas simbólicas, presentes na ESG (efetuadas com base na Doutrina de Segurança Nacional – DSN) e suas relações com o quadro de dominação assimétrico entre civis e militares no Brasil.

Este artigo objetiva analisar as formas de recepção simbólica, efetuadas na ESG, entre os anos de 1974 e 1989, correspondentes ao governo do General Ernesto Geisel, estendendo-se ao governo do Presidente José Sarney.

Esta análise busca testar a hipótese, a partir do conceito de ideologia em Thompson (1995), de que a ESG constitui-se num *locus* de recepção de formas simbólicas de tipo ideológica. Ou seja, a instituição caracteriza-se como um espaço de mobilização dos sentidos, para sustentar relações de dominação civil-militares assimétricas e duráveis, que se cristalizam no período em estudo, constituindo-se, desta forma, como um espaço de resistência ao aperfeiçoamento das relações civil-militares, no processo de transição à democracia no Brasil e,

conseqüentemente, de sustentação do regime político autoritário/tutelado.

Para tanto, este artigo terá dois eixos básicos analíticos sobre os quais construiremos nosso argumento e conseqüentemente a demonstração de nossa hipótese. No primeiro eixo: “A sustentação ideológica do regime autoritário na ESG (1974-1984)”, aplicaremos a Hermenêutica de Profundidade (HP), fazendo a reconstrução sociohistórica do período e a análise formal da documentação na ESG. Demonstraremos como tais documentos, recepcionando os aspectos doutrinários da escola, sustentam “os militares enquanto governo” e “enquanto instituição”, numa estrutura de dominação que resguarda os militares no interior do Estado, colocando-os numa posição de assimetria, em relação à sociedade e, portanto, prorrogando a entrega da administração do Estado aos civis⁴.

No segundo eixo, “A sustentação ideológica da democracia tutelada na ESG (1985-1989)”, procuraremos demonstrar as razões conjunturais que propiciaram a configuração de uma relação de tutela, dos militares em relação ao governo Sarney, como também a defesa da própria ESG a essa tutela, na definição do papel constitucional das Forças Armadas, durante este governo, também com a aplicação da HP⁵. Neste sentido, iremos, ao mesmo tempo que demarcando as conquistas e posições dos militares, trazer à superfície destes acontecimentos as posições da instituição ESG e suas relações com a estrutura de dominação civil-militar.

Estamos imbuídos em demonstrar como estas recepções sustentam os “militares enquanto instituição”, resguardando seus preceitos constitucionais tradicionais e, portanto, mantendo-os aptos a exercer o controle social sobre a sociedade, sob a alegação dos perigos patrocinados pelos “inimigos internos”. Estes dois eixos procuram corroborar o respaldo esguiano à defesa da “institucionalização do Estado de Segurança Nacional”, sublinhando seu aspecto ideológico, conforme já assinalamos. Assim, pensamos contribuir para fazer avançar os estudos sobre a ESG de uma maneira particular, bem como os estudos sobre militares de uma maneira geral, à medida que o uso do conceito de “ideologia crítica” em Thompson (1995), proposto neste artigo, procura superar as concepções pretéritas, quer seja da modernização ou mesmo das concepções marxistas/gramscianas correntes.

³ Estes trabalhos, buscando os “links” existentes entre a instituição e a política nacional, tornaram-se imprescindíveis a este estudo, pois, a partir de suas contribuições teóricas e metodológicas, foi possível construir nosso objeto de investigação.

⁴ Segundo Stepan (1986), “os militares enquanto governo” constituem-se das lideranças que dirigem o governo da pátria. De maneira geral, é composto pelo presidente general-presidente e seus principais assessores, alguns dos quais podem ser civis. Já “os militares enquanto instituição” são o grosso da corporação militar, que estrutura suas bases e administra os ciclos de treinamento de rotina, que gerencia a complexa rede do sistema militar de ensino e que organiza a burocracia militar.

⁵ A Hermenêutica de Profundidade (HP) constitui-se numa metodologia de análise proposta por Thompson (1995). Na primeira etapa é feito a reconstituição sócio-histórica do período, ressaltando-se a estrutura das relações de dominação civil-militares no Brasil, no qual se davam a produção e a recepção das formas simbólicas esguianas. Numa segunda etapa, investigam-se as formas simbólicas recepcionadas na ESG (propriamente os trabalhos dos estagiários, a Revista da Escola) a partir do conceito de “ideologia crítica” com seus respectivos modos de operação, legitimação, dissimulação, unificação e fragmentação. Na terceira etapa, produzimos a análise, conectando a estrutura das relações de dominação civil-militares descrita com a identificação das formas simbólicas encontradas nos textos, apontando seu caráter ideológico. Não avaliamos a produção esguiana que se dá através da DSN. Ver especialmente o capítulo 2 de *Ideologia e Dominação no Quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989)*, “Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra” (Santos, 2005).

A sustentação ideológica do regime autoritário na ESG (1974-1984)

A sustentação ideológica do governo

A bibliografia especializada aponta que os governos Castelo Branco e Costa e Silva lançaram as bases do Estado de Segurança Nacional, corporificadas na Constituição autoritária de 1967, ao passo que o governo Médici desenvolveu o aparato repressivo e o modelo de desenvolvimento econômico; já os governos Geisel e Figueiredo concentraram-se no planejamento de estruturas mais permanentes e flexíveis para a institucionalização do “Estado de Segurança Nacional”, em longo prazo (Alves, 1984). Podemos compreender esta política dos últimos governos militares como a garantia dos “militares enquanto governo” e dos “militares enquanto instituição”, cristalizando as relações de dominação civil-militares, ao longo de todo o processo transicional.

Assim, todos os governos militares, especialmente os dois últimos, trataram de legitimar as sucessões governamentais como uma continuidade da “revolução de 1964”. Inclusive, o próprio presidente Geisel via seu projeto de distensão como a “institucionalização da revolução”. A luta por esta “institucionalização”, ou seja, a luta por incorporar à Constituição os atos institucionais da “revolução”, reforçando relações assimétricas de poder, implicava primeiramente a preservação do grupo de poder no Estado, não se resumindo às suas ações políticas mais objetivas, mas também, conforme a orientação deste trabalho, através de uma intensa luta simbólica efetuada, entre outras, pela ESG⁶. O que ocorria na ESG era a sustentação ideológica destes governos (em particular Geisel e Figueiredo) e do regime autoritário no sentido mais amplo. Ou, como coloca Rezende (2001), a ESG, que era articuladora da estratégia psicossocial do regime, visava agir sobre a mentalidade dos cidadãos (ou de certos cidadãos), buscando fazer com que estes internalizassem valores e idéias que norteariam suas ações, ao lado das suas demais estratégias, política, militar e econômica.

A partir da análise e sistematização dos trabalhos elaborados pelos alunos, ao longo dos governos Geisel e Figueiredo, podemos observar como o caráter ideológico da instituição opera de forma eficiente em seus estagiários, como se deu a inculcação de tais “valores e idéias”, a partir da análise de suas recepções no interior da escola.

A “ideologia crítica” entendida neste trabalho, na perspectiva de Thompson (1995), constitui-se na maneira como

os sentidos são mobilizados e servem em circunstâncias sócio-históricas específicas, para criar ou manter relações de dominação. O seu caráter ideológico reside no fato destes sentidos mobilizados manterem uma ordem assimétrica. Esta ideologia pode se manifestar através de quatro modos de operação que elencamos nesta análise, acompanhada de algumas estratégias ideológicas selecionadas, como: (1) a **dissimulação** (eufemização); (2) a **legitimação** (universalismo, racionalização e narrativização); (3) a **reificação** (eternalização) e a (4) a **fragmentação** (diferenciação e expurgo).

Assim, sabemos que, através do modo de operação ideológico da **dissimulação**, por exemplo, relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo simples fato de serem ocultadas, negadas ou suavizadas (Thompson, 1995). Neste sentido, os trabalhos escritos, na conjuntura da transição política em curso, a partir de 1974, que analisam a ruptura institucional de 1964, demonstram claramente a intenção de suavizar este fato político, dando-lhe um valor positivo e, portanto, obscurecendo-o. Então, através da estratégia simbólica da eufemização (dentro do modo ideológico da dissimulação), a ruptura institucional de 1964 é apresentada como “revolução”.

Nas palavras de um estagiário no governo Geisel, sobre 1964:

A Revolução de 31 de março de 1964, sem dúvida alguma, foi um dos mais importantes acontecimentos de nossa história nesta metade do século XX, (...) resguardou a ordem e a paz social, ao mesmo tempo que orientou o comportamento dos políticos que viviam em função dos seus interesses pessoais (...) (DOC 14, p. 5, 1975) (grifo nosso).

A “revolução”, como um significante que incorporava um significado positivo nas décadas de 1960/1970, é apresentada como redentora e restauradora da “ordem e da paz social”, contra “os radicalismos de esquerda”. A ruptura institucional que, do ponto de vista político, banuiu, prendeu, cassou e torturou importantes lideranças políticas se transforma em “revolução”. A busca da suavização para este acontecimento é notória. Os “revolucionários de 1964”, principalmente aqueles ligados ao grupo da ESG, são os que agora estão na direção política do Estado, no processo de abertura iniciado com Geisel. O caráter ideológico aqui reside precisamente na incorporação pelos estagiários desta suavização que vai ao encontro da sustentação do grupo de poder, pois minimiza suas possíveis defecções.

Paralelamente ao modo de operação ideológico da **dissimulação**, há o da **legitimação**, em que relações de

⁶ Como argumenta também Rezende (2001), inspirada em Gramsci e Mannheim, não há possibilidade de separarmos as condições objetivas das subjetivas ou, em outras palavras, os interesses dos valores. A vida social só se torna inteligível, quando somos capazes de entender esta conexão.

dominação podem ser estabelecidas por serem representadas como legítimas e dignas de apoio (Thompson, 1995). Dentro deste modo, o *universalismo* aparece como uma estratégia ideológica recorrente na qual os interesses particulares das Forças Armadas são colocados como interesses universais, buscando legitimar a ruptura institucional de 64. É assim que aparece nas discussões internas da instituição, o seguinte argumento:

A família brasileira através de suas mulheres, fez passeatas públicas de protesto e por fim veio a revolução redentora (DOC., p. 28, d. 80).

Tudo caminhava para o abismo. O colapso nacional era iminente. O povo começou a sentir e, desse sentir, os rumores chegaram às Forças Armadas. Havia necessidade de uma reação o que ocorreu em 31 de março de 1964 (DOC. 14, p. 3, d. 75) (grifo nosso).

O argumento é que as Forças Armadas agiram movidas pelos anseios, pelos interesses da “família brasileira”, do “povo”, nunca pelo interesse próprio. Este argumento negligencia o fato de que a luta política numa sociedade se dá entre grupos políticos minoritários, em relação ao conjunto da sociedade, buscando seus interesses para a ocupação do Estado⁷. Apresentar o particular como se fosse universal é uma forma ideológica de sustentar relações de dominação, conforme Thompson (1995).

Por outro lado, os governos militares sempre procuraram e nunca abriram mão, apesar da repressão, dos mecanismos institucionais que lhes davam sustentação e legitimidade. O governo fazia isso, buscando assegurar maioria para a direção do Estado, no Congresso Nacional, nos estados e nas assembleias, visando aprovar as reformas necessárias à sua institucionalização, prorrogando ao máximo a chegada da oposição às instâncias superiores deliberativas do Estado e, concomitantemente, preservando o papel institucional das Forças Armadas, o que a bibliografia especializada chamou de uma aposta na política de liberalização, em detrimento de uma política de democratização.

A Constituição de 1967, por exemplo, cristalizando os atos institucionais AI 1, AI 2, AI 3 e posteriormente os demais atos, deu um lastro significativo aos governos Geisel e Figueiredo para sua manutenção no poder. Através destes arranjos, esta estrutura de dominação que apresentava sua síntese na referida Constituição de 1967, recebe o respaldo no interior da ESG por um Trabalho Especial (TE). Neste TE de 1975, por nós analisado, o estagiário sublinha que a Constituição brasileira em seu artigo 15 assevera a autonomia municipal, pela eleição direta de Prefeito, Vice-

Prefeito e Vereadores realizada simultaneamente em todo o País, todavia sendo nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa, os Prefeitos das capitais dos estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais em lei estadual, assim como o Presidente da República, os Prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo e conclui:

Assim, como vemos, há municípios cujos dirigentes principais são escolhidos por caminhos estranhos ao sistema nacional. E para esses casos não poderia haver outra alternativa. Não tem sentido um Governador de Estado ter na capital de seu Estado um chefe de executivo municipal que lhe traga problemas. Obviamente, com a escolha a seu critério do Prefeito da Capital, teoricamente vai lhe proporcionar uma certa tranquilidade política.

E para os municípios classificados como de segurança nacional e as estâncias hidrominerais, pelos papéis que representam no contexto da própria segurança, dispensam maiores comentários (DOC. 2, p. 16-17, d. 1975) (grifo nosso).

O autor deste texto está se referindo ao AI 3 incorporado à Constituição que assegurava, entre outras coisas, que os prefeitos das capitais dos estados seriam nomeados pelos próprios governadores, bem como aqueles prefeitos que fossem de cidades consideradas de segurança nacional. O trecho do documento insere-se dentro do modo de operação da *reificação*, que sublinha o fato de que relações de dominação podem ser sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica como se fosse permanente (Thompson, 1995), articula a estratégia da eternalização, ou seja, ele esvazia o caráter sócio-histórico da formulação do governo (as razões políticas que o levaram a formular tal projeto) e apresenta-o como algo natural, inevitável, permanente, imutável, “não poderia haver outra alternativa”, “dispensam maiores comentários”. Um claro exercício de engenharia política para evitar o acesso oposicionista às instâncias superiores deliberativas do Estado é respaldado simbolicamente pela ESG. Os governadores dos estados já eram eleitos indiretamente pelas assembleias, onde o governo possuía maioria, dando maior segurança às vitórias governistas, e estes indicavam o prefeito. Arranjos institucionais históricos, casuais são apresentados como inevitáveis, recebendo respaldo da ESG. De fato, a instituição procurava mais do que corroborar, procurava justificar as ações do governo, dando uma sustentação ideológica para o regime.

⁷ Como podemos deduzir em Dahl (1976), as pessoas buscam o poder mais por defesa de seus próprios interesses do que por defesa do bem comum.

No início da década de oitenta, o Presidente da República, João Batista Figueiredo, destacava em sua Mensagem ao Congresso Nacional o papel que a ESG vinha desempenhando no processo de assessoramento do regime militar. Ele dizia que a Escola Superior de Guerra, como órgão subordinado ao EMFA, desempenhou com êxito o importante papel na formação de assessores de alto nível, civis e militares, pertencentes aos mais variados setores das atividades nacionais, reforçando o aperfeiçoamento da Doutrina de Ação Política, no âmbito do curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, para o aprimoramento da Doutrina Militar. O Presidente assinalou ainda, na ocasião, o importante papel também da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADSGs) que, através de ciclos de estudos realizados nos diversos Estados da Federação, difundiam os ensinamentos da ESG e proporcionavam novos conhecimentos às classes dirigentes (Rezende, 2001).

Esta “formação de assessores de alto nível civis e militares” para “proporcionar novos conhecimentos às classes dirigentes” de que fala Figueiredo estava relacionada ao histórico papel da ESG na formação de uma elite capaz de equacionar os problemas do país, mas, sobretudo, sob as concepções doutrinárias da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que preservava os espaços institucionais do governo, mas, fundamentalmente, como veremos a seguir, sustentava os militares ideologicamente também.

A sustentação ideológica dos militares

Tanto a Constituição de 1967, já mencionada, como a Emenda Constitucional de 1969 mantiveram praticamente intacto o papel das Forças Armadas para o período Geisel e Figueiredo. Na Constituição de 1967, encontramos as Forças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica, como instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei. Destinase, por seu turno, às Forças Armadas defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem (Constituição Federal de 1967, artigo 92, *in* Oliveira, 1994).

Na emenda de 1969, observamos praticamente a mesma designação, apenas com uma pequena alteração. Nesta, é dada ênfase ao fato de que as Forças Armadas são “essenciais à política de segurança nacional”. O fato das Forças Armadas serem colocadas como “essenciais à política de segurança nacional” deve ser visto num contexto em que

o combate ao inimigo interno é parte substancial da política dos governos militares, ainda mantido na transição como um “combate perseverante, rigoroso, mas sem excessos”. Isso, no entanto, não era sempre possível, uma vez que o SNI (Serviço Nacional de Inteligência) era controlado por militares da ativa, chefiado por João Batista Figueiredo (à época), sem nenhum tipo de controle civil e que órgãos de repressão continuavam funcionando à revelia do Estado e de seu gabinete militar, como mostrou o caso Vladimir Herzog em 1975⁸.

Este inimigo interno das Forças Armadas era plenamente identificado na ESG como vemos:

Desta posição de incontestável superioridade estratégica o comunismo internacional partiu para a agressão mundial. Esta agressão tem como alvo principal a destruição da cultura e da civilização ocidental, irreconciliáveis como o ateísmo dialético e único obstáculo a impedir o franco progresso do comunismo pela face do planeta. (...)

Se hoje o comunismo internacional e o anarquismo estão às portas de nossas cidadelas, urge que nos levantemos contra eles. E neste caso, em que o inimigo pode ser identificado, embora forte, temos como combatê-lo (DOC. 11, p. 23-28, 1975) (grifo nosso).

Observamos, neste documento, como as recepções simbólicas que identificam os “inimigos” a serem combatidos estão de acordo com a DSN.

Na verdade, através das estratégias simbólicas da diferenciação e do expurgo, chega-se ao modo de operação da **fragmentação**, ou seja, relações de dominação podem ser sustentadas pela fragmentação, pela separação dos amigos e dos inimigos, dos puros e dos impuros. Aqui, por estarmos ainda no quadro da guerra fria, o inimigo a ser combatido é o comunismo, o anarquismo.

Como argumenta Thompson (1995), relações de dominação podem ser mantidas pela segmentação de grupos que possam ser capazes de se transformar em um desafio real aos grupos dominantes. Assim, o regime procurava diferenciar aqueles opositores potenciais, desqualificando-os, demonstrando aquelas características que desunem, que estão em desacordo com o grupo maior, demonstrando que “aqueles indivíduos” não podem participar do exercício do poder.

Desde 1935, com a chamada “Intentona Comunista”, o “comunismo” tem servido para unificar os militares, pois, tendo-se claro os inimigos, sabe-se quem são os amigos, diferenciando-os. Portanto, em nome do combate aos inimigos, é preciso expurgá-los. A própria edificação do

⁸ O caso do jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto brutalmente nas dependências do segundo exército, em outubro de 1975, é um exemplo típico da autonomia dos setores mais ligados à repressão e o seu desafio à autoridade do Presidente.

Estado de Segurança Nacional justificou-se pela permanência de um inimigo, daí a manutenção das estruturas de poder dentro da Constituição, entre elas as Forças Armadas, para “garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem”.

Sobre esta questão, Oliveira (1994) faz algumas constatações importantes: Primeiro, ele chama a atenção para o fato de que as Forças Armadas são colocadas como “instituições permanentes”, isto é, não são passíveis de dissolução e desaparecimento, um antigo temor dos fundadores da República. Segundo, elas devem obediência ao Presidente da República, comandante e chefe das Forças Armadas nos limites da lei. Na verdade, este é o conceito de obediência condicional dos militares aos civis. O papel tutelar que os militares desempenham em relação à sociedade fica evidente na concepção acima. Primeiro, porque eles garantem as instituições políticas, segundo, porque podem julgar, conforme seus critérios, os limites da lei e em que circunstâncias obedecerão e, por último, com o preceito de serem responsáveis pela manutenção da lei e da ordem, colocam-se em permanente situação de intervenção (Oliveira, 1994).

Este papel de intervenção, de tutela que os militares assumem perante a sociedade é perfeitamente sustentado internamente na ESG:

Diante dos antagonismos internos, passaram as Forças Armadas e em particular o exército, a constituírem-se em “instrumentos de repressão”, à disposição do Estado, de forma a garantir as instituições e a manutenção da ordem. A assunção dessa responsabilidade na condução de ações típicas de Defesa Interna é característica dos países em desenvolvimento, nos quais as Instituições não possuem vitalidade capaz de resistir aos embates da subversão (DOC. 7, p. 28, d. 80) (grifo nosso).

As Forças Armadas entram como fiadoras das instituições democráticas pelo diagnóstico da fragilidade institucional destes países e, por sua designação constitucional, garantem “as instituições e a manutenção da ordem”. Procura-se legitimidade para a dominação militar, apelando-se para a racionalidade e para a legalidade. São prescrições da constituição brasileira que demonstram os lastros legais, evitando-se espaço para a contestação da dominação.

A documentação em análise na ESG continua sublinhando, nos anos 1980, o papel constitucional das Forças Armadas na defesa da “lei e da ordem”. Esse papel se desdobra na defesa contra o inimigo interno, devendo as

Forças Armadas prosseguirem, “[...] com a responsabilidade do planejamento e coordenação da Defesa Interna, mas também, tendo capacidade de exercer as ações repressivas” (DOC. 7, p. 35, d. 80). Esta concepção de tutela sobrevive a todo o transcurso do processo transicional no Brasil, inclusive na Constituição de 1988.

Estas construções simbólicas são parte da luta política pela sustentação dos militares no poder. De fato, os poderes constitucionais das Forças Armadas foram preservados na sua integralidade durante os governos militares. Isto garantia a transição do regime autoritário à democracia, preservando as Forças Armadas de um possível controle civil, segundo um dos principais estrategistas do regime, o General Golbery do Couto e Silva. Já no aspecto conjuntural, no final da década de 70, a grande questão era fazer sobressair a discussão política sobre a econômica (ao contrário do que vinha ocorrendo anteriormente), já que a economia, como legitimadora do regime, não apresentava os mesmos resultados de outrora; apesar do crescimento médio anual de 6,7% do PIB, a inflação vinha subindo 37,9% no mesmo período, e os trabalhadores perderam em média 31,4% do valor real de seus salários, nesse mesmo período.

As adversidades maiores, no entanto, pareciam vir do interior do próprio Estado, como o descontentamento daqueles setores mais ligados à repressão, passando agora às ações terroristas na tentativa de sabotar o processo de abertura. Ao mesmo tempo em que o governo, por um lado, tentava impor limites na ação dos trabalhadores organizados e adiar as eleições de 1980, por outro, necessitava continuar com a política de liberalização do governo anterior⁹.

Dando continuidade a esta política, o governo apela para a reforma partidária de 1979, a estratégia “Geisel-Golbery”. Estava nela embutida a idéia do esfacelamento da oposição, pela criação de novos partidos, dentro daquela concepção, exposta por Golbery em conferência na ESG, em que o confronto bipolar entre o partido governista (ARENA) e oposicionista (MDB) engendrava ônus à política do governo¹⁰.

A reforma partidária de 1979 introduzia uma série de restrições para o registro dos partidos, dificultando, evidentemente, partidos de oposição e favorecendo o partido governista. No entanto, torna-se necessário ressaltar que o pluripartidarismo era ponto importante para o controle do processo de abertura no Brasil, uma vez que segmentava a oposição em diferentes linhas, aglutinando os defensores do governo numa mesma sigla, o PDS (Partido Democrático Social) (Gaspari, 2003).

Na documentação consultada na ESG, encontramos uma justificativa para esta reforma partidária:

⁹ Dentro desta perspectiva que o projeto de Anistia, árduo resultado das intensas negociações dos setores de elite, no final do ano de 1979, pode ser entendido.

¹⁰ Assim, “A estratégia recomendaria, [...] pronta desarticulação do sistema oposicionista, proporcionando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas [...]” (Silva, 1989, p. 123).

À medida que a vida nacional foi se normalizando, o pluripartidarismo foi reimplantado com algumas restrições compreensíveis. Assim, estamos agora, organizando novos partidos, que estão fazendo o seu registro após o cumprimento das formalidades previstas pela legislação eleitoral (grifo nosso. Doc. 3, p. 28, d. 80)(DOC. 9, p. 35-36, d. 79).

Utilizando-se, neste documento, da narrativização dentro do modo de operação da **legitimação**, o presente pode ser apresentado como parte do passado, a reforma aqui aparece como resultado da “normalização da vida nacional”, tendo algumas “restrições compreensíveis”, “previstas pela legislação”.

A reforma partidária de 1979 era uma estratégia clara do governo para a manutenção do seu poder, visando manter as relações de dominação entre civis e militares pela fragmentação da oposição. Esta ação objetiva recebe sustentação subjetiva na ESG, na medida em que a documentação esvazia este caráter político, ressaltando a normalização da vida nacional.

Com esta reforma partidária, além do PDS, o partido do governo, que saiu fortalecido, surgiram alguns dos mais importantes partidos políticos existentes a partir desse período: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ambos disputando a herança getulista do trabalhismo; e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) integrado por políticos de “tendência popular” e “liberal”. Em torno dos membros conservadores do MDB surgiu o Partido Popular (PP) que logo se diluiu, integrando-se ao PMDB. O PT surge das greves do ABC, aglutinando lideranças dos movimentos populares, sindicatos, ala progressista da Igreja, juntamente com grupos de esquerda, sobreviventes do golpe de 64.

Neste processo transicional, vemos que a ESG, juntamente com o governo, era incapaz de lidar com aquilo que Przeworski (1984) chamou de “incerteza institucionalizada”, ou seja, dos atores envolvidos numa disputa política nenhum *ex-ante* ou *ex-post* possui a capacidade de controlar os resultados do jogo. Ocorre que a engenharia política do governo tinha sempre a intenção de controlar os resultados deste jogo político. A concepção esguiana acerca da sociedade sempre a coloca numa posição de tutela, dependente de um “grupo de pessoas”, no caso em questão, das Forças Armadas, cujo chamamento à participação nestas circunstâncias (autoritária) só pode ser a contemplação da política, a aprovação dos projetos do Estado, nunca a contestação.

Nesta ordem das coisas, a ESG precisa fazer com que as idéias dos cidadãos coincidam com as suas próprias,

o que O'Donnell (O'Donnell e Schmitter, 1986) chamou de “estatização de significantes”, ou seja, o “engessamento” da sociedade pelo Estado. É precisamente neste “engessamento” que temos o caráter ideológico da ESG revelado.

Todavia, em discrepância com as posições da escola e do governo, a sociedade civil e política dinamiza o processo transicional, retirando do governo a hegemonia na condução deste processo. Por exemplo, em 1983 o deputado federal Dante de Oliveira propôs uma Emenda Constitucional para eleições diretas para a Presidência da República, na sucessão do então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo. Iniciou-se, assim, uma árdua trajetória de lutas para a oposição organizada, em busca da possibilidade de colocar em evidência a principal instituição deliberativa do Estado brasileiro, o governo federal. Era a chamada “Diretas Já”. No entanto, apesar da crise econômica crescente, a pressão política por eleições diretas, a emenda Dante de Oliveira não obteve sucesso no Congresso Nacional, ficando a eleição indireta para a Presidência da República preservada, mas a sociedade mobilizada.

A verdade é que a cúpula militar não trabalhava com a idéia da oposição chegar ao poder ainda naquele ano. A posse do presidente eleito e opositor do regime (Tancredo Neves) estava marcada para o dia 15 de março de 1985, uma vitória para aqueles setores engajados na reconquista de espaços democráticos¹¹.

A eleição indireta de Tancredo, na chapa com o ex-presidente do PDS, José Sarney, afirmava o processo de abertura controlado pela cúpula militar. A figura política do presidente eleito, moderado e com bom relacionamento nos mais diversos grupos e partidos, fazia dele a pessoa ideal para dar continuidade à transição.

Muito embora os militares tenham deixado o governo com as eleições indiretas em 1985, não deixaram de ser poder. No tópico subsequente, demonstraremos a continuidade desta luta política simbólica na ESG pela sustentação das relações de dominação civil-militar que os governos militares tradicionalmente mantiveram.

A sustentação ideológica da democracia tutelada na ESG (1985-1989)

Um governo tutelado

Toda a *virtude*, acionada pelos atores políticos envolvidos no processo da transição democrática para a

¹¹ Todavia, é importante salientar que Tancredo Neves, candidato da Aliança Democrática, era um homem palatável aos próprios militares, pelo menos dos setores mais intelectualizados das Forças Armadas. Para usar uma expressão do professor entrevistado na ESG em novembro de 2004, “os esguianos tinham uma confiança total em Tancredo”.

eleição do presidente, seria atropelada pela *fortuna* que surpreendentemente acometeu Tancredo Neves de uma enfermidade grave (tumor benigno, leiomioma). A morte do presidente eleito, na sequência dos acontecimentos, levou ao Palácio do Planalto um dos mais importantes políticos civis do grupo de apoio ao regime militar, José Ribamar Sarney. A posse de José Sarney, afiançada pelos militares na figura do General Leônidas Pires Gonçalves, encerrou o ciclo dos governos militares. Entretanto, a instituição militar mostrava-se, nos primeiros movimentos deste novo governo, fortalecida e coesa para a continuidade do processo de descentralização política, a completar-se em 1989 com as eleições diretas para a Presidência da República.

No plano político, o governo Sarney tratou de alocar os ministérios com os quadros da vitoriosa Aliança Democrática, do PFL e outros tradicionais do PMDB, além dos ministros militares, que não eram filiados a qualquer partido político, mas que tinham grande força no governo, marcando presença no sistema político, através da continuidade dos seis ministros militares do governo anterior (Ministro do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, Ministro-chefe do EMFA, Ministro-chefe da Casa Militar e Ministro-chefe do SNI). Diga-se de passagem que a presença militar no governo Sarney sempre se mostrou forte e preponderante. Desde os primeiros movimentos do governo, a Aliança Democrática já havia assumido compromissos inarredáveis com os militares, como a preservação da destinação constitucional que garantia ao aparelho militar o direito de intervir na ordem interna do país, preservando as Forças Armadas quanto à doutrina militar, à segurança nacional e o não julgamento destas por seu envolvimento e responsabilidades na repressão política durante o regime autoritário (Oliveira, 1994).

O processo de “transição pelo alto”, que ajudou a preservar as Forças Armadas brasileiras de um julgamento mais rigoroso pela sociedade, também garantiu uma certa legitimidade institucional aos militares, colocando-os nas palavras do Ministro da Marinha do governo Sarney, Almirante Henrique Sabóia como, “fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo” (Castro e D’Araújo, 2001)¹².

Num contexto “de confiança entre governantes e governados” de que desfrutava o presidente, nos primeiros anos de seu governo e avalizado pelos militares, Sarney envia ao Congresso Nacional um pacote de medidas democráticas, como o restabelecimento da legislação que garantia a eleição direta para a Presidência da República, Prefeitos das capitais e área de Segurança Nacional, liberalização das atividades sindicais, voto dos analfabetos e inclusive a liberdade de organização de partidos políticos

que outrora estavam na clandestinidade, incluindo o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

Sobre estas medidas governamentais, a documentação esguiana pontua na direção do projeto político do governo:

Parece-nos que a melhor solução [para o registro dos partidos] seria deixar ao TSE apenas um único veto, no caso dos partidos políticos que pregassem em seus programas a negação do regime democrático e a violência como forma de ação política partidária. Aos eleitores caberia aceitar ou rejeitar as propostas de agremiações (DOC. 22, p. 39, 1986).

Após vinte anos de presidentes militares assumiu o Governo da Nação um presidente civil, eleito pelo Colégio Eleitoral, o que junto com as eleições e com a legalização dos partidos comunistas representou o início de uma abertura política [...] (DOC. 31, p. 47, 1988).

Apesar deste apoio inicial ao projeto do governo, a instituição não perde de vista seu antigo inimigo interno e estabelece suas reservas em relação à democratização. A documentação analisada sinaliza para o fato da preocupação ainda existente no interior da ESG, no início do governo Sarney, da migração dos antigos “inimigos internos” (os chamados terroristas, os subversivos, os guerrilheiros) para as agremiações da oposição. O raciocínio que podemos depreender da documentação analisada é de que se deve abrir o sistema político para aqueles que tenham como consenso na vida política os Objetivos Nacionais Permanentes da ESG. Ou, como sintetizam alguns documentos por nós analisados, “pessoas que sejam comprometidas com os ideais de 1964”.

Esta preocupação faz sentido na medida em que, no ano de 1985, realizaram-se em todo o país eleições municipais, figurando para o ano seguinte a eleição dos novos governadores e os deputados constituintes, responsáveis pela elaboração da nova Carta Magna e, conseqüentemente, a elaboração do novo quadro institucional brasileiro, que, entre outras coisas, definia o futuro das Forças Armadas. A Escola Superior de Guerra estava fechada com as posições militares a respeito destas determinações constitucionais e estas, com o governo.

O governo Sarney, por sua vez, obteve enormes benefícios políticos com os militares, pois foi auxiliado durante todo seu período governamental. Somaram-se também, em apoio ao governo as medidas econômicas que tomou no início de seu mandato. Em 1986, o governo lançou seu

¹² Sabóia foi aluno da ESG na turma de 1974.

programa de controle da inflação e mudança da moeda, o Plano Cruzado. Visto por muitos como uma tentativa de retomar o milagre econômico, o plano teve seu início marcado por um aumento real dos salários e congelamento de preços e salários, num cenário econômico em que o saldo da balança comercial havia chegado, no ano anterior, em 13,1 bilhões de dólares e a inflação alcançava o patamar de 235,5% ao ano. Contudo, o fracasso do plano cruzado e a fragilidade do apoio político da Aliança Democrática levou o Presidente a apoiar-se nas Forças Armadas cada vez mais ao longo de seu governo, cristalizando uma configuração institucional que Przeworski (1984) chama de democracia tutelada, ou seja, um regime no qual os militares se desvencilham do exercício direto do governo, mas o fazem em boa ordem e prontas para, em qualquer eventualidade, cair sobre os cidadãos que ameacem seus valores e idéias. Neste sentido, as Forças Armadas ficam pairando como “sombras ameaçadoras” sobre o sistema político.

Esta relação de tutela não só foi praticada pelos militares no plano objetivo, mas sustentada no plano subjetivo por seus diversos interlocutores autorizados, entre eles a ESG, nosso objeto de análise. Esta tutela foi possível na medida em que há no sistema político a preservação de relações assimétricas entre civis e militares. Esta assimetria foi mantida na Constituição de 1988, com a manutenção dos militares em seus poderes tradicionais.

A sustentação ideológica dos militares

A Carta, denominada de Constituição Cidadã de 1988, pelo presidente da Assembléia Nacional Constituinte, o deputado Ulisses Guimarães, mostrou um reflexo das pressões exercidas pelos diversos grupos sociais. Apresentou avanços na área social e nos direitos políticos dos cidadãos, reconhecendo a necessidade da defesa de direitos e deveres coletivos, com o reconhecimento da necessidade de garantir os direitos das minorias. No entanto, o texto constitucional apresentou outras questões que merecem destaque, em virtude dos objetivos de nosso trabalho, pela manutenção de estruturas anteriores, como, por exemplo, o tradicional papel dos militares na “manutenção da lei e da ordem”, a manutenção do serviço militar obrigatório, a subalternidade das polícias militares às Forças Armadas e outras.

De fato, no processo constituinte, as Forças Armadas, através dos seus interlocutores autorizados, realizaram um dos mais eficientes, senão o mais eficiente, *lobbies* para assegurar seus poderes tradicionais e seu “modelo de

autonomia militar” no processo político, de maneira organizada, sistemática e antecedente¹³. “Três elementos definem a lógica interna deste modelo [modelo de autonomia militar]: a função interventora, a subordinação limitada ao chefe de Estado e a preservação dos ministérios militares [...]” (Oliveira, 1994, p. 127). Este modelo se contrapõe ao conceito que Oliveira (1994) chama de “modelo instrumental”, sob o qual as Forças Armadas, em detrimento de seu auto-emprego, estariam subordinadas ao poder político das instituições civis. A polarização ocorre exatamente em torno desta questão conceitual em relação à destinação constitucional das Forças Armadas. Ou elas se constituem em “sujeitos autônomos” no processo político ou “instrumentos subordinados” aos civis.

O que os militares defendiam no processo constituinte eram os poderes tradicionalmente postos na Constituição brasileira a respeito do papel das Forças Armadas em relação ao Estado e à sociedade, ou seja, à defesa externa do país (os inimigos externos), à defesa interna (os inimigos internos), “dentro dos limites da lei”. O que esta expressão garantia era de fato um julgamento autônomo das Forças Armadas do que estava ou não estava “dentro dos limites da lei”. A questão de fundo posta aí não é somente se as Forças Armadas devem ou não intervir internamente no país (segurança interna), mas em que condições e sob qual direção política. Dos militares ou dos civis? Usando o conceito de Oliveira (1994), a direção desta defesa dos militares ia ao encontro do “modelo de autonomia militar”, visando evidentemente evitar a subordinação militar às instituições civis. Acompanhando este debate, a ESG colocou-se na defesa deste projeto de autonomia militar durante o processo constituinte.

A propósito da importância da ESG neste processo, relatam os Professores esguianos:

[...] a escola colaborou intensamente com o processo constituinte, inclusive naquela comissão de notáveis havia vários esguianos e mais do que isso essa contribuição passou para o projeto de Constituição e você vai ver que no preâmbulo, como também nos conceitos básicos da Constituição de 1988 estão os conceitos da escola, inclusive o famoso papel dos militares... “garantia da lei e da ordem”, “defesa da pátria, do território e da integridade”, etc, todas as funções das Forças Armadas que estão lá na Constituição são temas amplamente debatidos aqui na escola [...]”¹⁴.

[...] saíam daqui equipes para discutir com os constituintes, então era sobrecarregado o pessoal civil.

¹³ A subcomissão de Defesa do Estado organizou oito sessões públicas com uma agenda desequilibrada de convidados. Dos 28 convidados, somente três apresentaram sugestões contrárias ao *status quo* sobre as relações entre civis e militares. (Zaverucha, 1994).

¹⁴ Entrevista realizada com professor da ESG em novembro de 2004, no Rio de Janeiro.

Pedro Figueiredo teve um papel importante... Miguel Reale... nós levamos a fina flor da intelectualidade civil nossa aqui para expor nossas idéias. Não houve problema, nós colocávamos nosso ponto de vista e eles tiravam as conclusões que eles queriam... muitas coisas das salvaguardas dos direitos democráticos foi colaboração do pensamento da escola¹⁵.

O professor esguiano Pedro Figueiredo, mencionado por seu colega nesta passagem a propósito da Constituinte e do tema da autonomia militar, comenta:

[...] parece claro que não pode o Estado abrir mão do Emprego de suas Forças Armadas no âmbito interno, como derradeiro recurso para manter a supremacia da ordem legitimamente estabelecida. Já se disse que se eliminando esta destinação das Forças Armadas, não se retira a possibilidade das Forças Armadas realizarem um golpe contra o governo [...], mas retira-se do governo a possibilidade de valer-se, em tempo hábil das Forças Armadas para defender o regime democrático [...] é fundamental que a Constituição mantenha a destinação das Forças Armadas [...] (Figueiredo in Oliveira, 1994, p. 162-163).

Num jogo bem elaborado de frases e palavras, o professor procura demonstrar que a perda (da não-designação constitucional) não é das Forças Armadas, porém da sociedade como um todo. Em outros termos, o interesse particular (dos militares) de manter as Forças Armadas em seus papéis tradicionais é deslocado para o interesse universal. Quem perde é toda a sociedade. É uma inteligente estratégia ideológica comumente utilizada pela documentação esguiana. Esta estratégia é “inclusiva”, na medida em que coloca o interlocutor dentro das propostas do formulador, impossibilitando a recusa, pois aparentemente estaria abrindo mão também de garantias para si próprio.

É claro que o professor não menciona o fato de que realizar um golpe de Estado à revelia das instituições tem um custo muito maior aos militares do que “dentro da lei”, lei esta que inclusive o professor está querendo aprovar. Suas posições políticas vão ao encontro da tese da “autonomia militar”.

Como vemos, às lutas políticas simbólicas internas à ESG, somaram-se as lutas objetivas dos militares, para além dela e com ela. Tais lutas constituem-se também partes do real, fundamentais para compreendermos os processos políticos em curso. Neste sentido, a ESG já vinha

comumente discutindo o papel das Forças Armadas na sociedade, ao longo do governo Sarney, intensificando estas discussões com o corpo de seus estagiários, durante o processo constituinte de 1988 (Ver Santo, 2005¹⁶).

Aqui, importa lembrar que estes “estagiários”, cuja terminologia pode trazer a idéia de jovens estudantes em início de carreira, são, na verdade, oficiais superiores/generais, professores, juristas, secretários de estado, como podemos ver na Tabela 1.

Tabela 1. Profissões dos Estagiários da ESG- ano a ano 1985/1989.

ANO DA TURMA	1985	1986	1987	1988	1989	TOTAL
Of. Superior/General	63	66	44	69	54	296
Professor	23	24	22	23	17	109
Juridico/Adv. 28	22	17	12	26	105	
Engenheiro	12	18	14	14	13	71
Profiss. liberal da Saúde	3	5	2	4	5	19
Relações Exteriores	2	1	1			4
Profiss. de Economia	19	11	13	7	10	60
Administrador 5	4	6	1	7	23	
Empresário	1				1	
Outras profissões	2	9	5	4	8	28
Ministro	1				1	
Político	—	—	—	—	—	—
Total global	157	162	124	134	140	717

Fonte: Adesg-RS.
 Total: 717
 (Santos, Outubro de 2005, tabela 1)

Todavia, são provenientes dos estratos superiores do Estado brasileiro, constituindo-se em importantes quadros inseridos nas lutas políticas intra-estatais, objetivas e simbólicas. Este fato aqui é particularmente importante, qual seja, da impregnação do caráter ideológico da DSN, justamente pela “qualidade destes estagiários”. Pois observamos que seu alunado provém da estrutura estatal, em sua imensa maioria de suas instâncias superiores, conforme Tabela 2. Eles são provenientes dos ministérios civis/tribunais, dos ministérios militares, governos estaduais e municipais e universidades públicas. São poucos os da

¹⁵ Entrevista realizada com professor da ESG em novembro/dezembro de 2004, no Rio de Janeiro.
¹⁶ Especialmente o capítulo 4 onde discutimos com maior riqueza de detalhes o período em questão juntamente com o material bibliográfico produzido pela ESG.

estrutura societal¹⁷. Em números absolutos, temos, de um total de 2271 estagiários do período, 1835 provenientes do Estado e apenas 154 estagiários da chamada sociedade. Em termos percentuais, teríamos o equivalente a 80% de estagiários procedentes da estrutura estatal (não considerando os 13% dos dados não informados) contra 7% da estrutura societal¹⁸.

Tabela 2. Procedência dos Estagiários da ESG- de 1974/1989.

ANO DA TURMA	1974/1989		
Procedência	Freq	%	
Ministérios civis/ tribunais civis/ secretarias	799	35%	Estrutura Estatal
Ministérios militares/ Emfa/Tribunais militares	576	25%	
Dados não informados e outros	282	12,5%	
Governosestaduais/ municipal/parlamento	235	10,5%	
Universidades	225	10%	
			Estrutura Societal
Associação de classes/ empresários/ligas	120	5%	
Avulsos	34	2%	
Total	2271	100%	

Fonte: Almanaque Adesg-R.S/do autor
Total: 2271
(Santos, Outubro de 2005, tabela 2)

Operando uma incursão na produção destes estagiários, ao longo do primeiro governo civil, depois do regime autoritário, podemos compreender melhor como se elaboravam as estratégias ideológicas, visando dar manutenção às estruturas assimétricas castrenses, observando como a DSN é materializada pelos estagiários em seus trabalhos.

Vejamos como a produção simbólica da ESG (dos seus estagiários) legitima o papel tradicional dos militares:

A profissão militar é, sem dúvida alguma, algo de diferente. Os vários setores de algumas sociedades não perceberam ainda o caso especial [...]. Os civis em geral não passam de membros de suas respectivas profissões ao passo que, os militares, são

verdadeiramente escravos da que elegeram [...]. O militar sabe que em sua profissão tudo aquilo que não for êxito completo pode constituir-se num fracasso total. O advogado pode perder alguns casos e, ainda assim, ser gigante no fórum; o médico sabe ser improvável que uma falha em um caso particular afete seu prestígio público. O general, porém, que perde uma batalha, cai, imediatamente, em desgraça, pois seu fracasso poderá significar a perda total para a Nação que ele jurou defender [...] (sic. DOC. 25, p. 2.d, 1986) (grifo nosso).

A passagem do documento em análise é bastante significativa na medida em que civis e militares são postos como “diferentes”. E esta diferença está no fato de que os civis são apenas “membros de suas profissões”, ao passo que os militares são “escravos da que elegeram”. Em primeiro lugar, o documento nos mostra uma assimetria entre militares e civis dada pelo esforço de dedicação que a profissão militar exige, ao passo que deixa subentendido que esse não é o caso das profissões civis. A expressão “escravo” deixa isto claro. Em segundo lugar, aparece, o advogado pode “perder”, o médico pode “falhar”, mas o general não pode “perder”. Por quê? Porque acarretaria “perda total para a nação”. Aqui, a utilização da estratégia da universalização na busca da legitimação da superioridade militar, em relação aos civis, é apresentada como um problema pessoal que se pode transformar em um problema nacional, ou seja, um problema particular (do general) é, na verdade, de todos (da nação). Um médico epidemiologista, poderíamos contestar, pode errar na prescrição de determinada vacina e colocar em risco a segurança de toda uma nação. Todavia, o estagiário escamoteia este fato, pois está empenhado em sustentar as relações assimétricas entre civis e militares presentes na sociedade. Daí a utilização da estratégia da universalização, angariando adesão dos civis que se sentem impelidos a apoiar tal raciocínio por se verem aí incluídos e, conseqüentemente, a legitimação da posição dos militares.

Como corrobora um de nossos entrevistados na ESG: “...a característica das Forças Armadas brasileiras é que ela nunca se dissocia da vontade popular. Pode verificar [...] quando ela intervém, ela intervém por um motivo qualquer que é forçado pela própria sociedade, o próprio 64 [...]”¹⁹.

Poderia haver espaço discursivo para explicar rupturas institucionais por interesses de grupos particulares? Não! A procura da legitimação de um ato particular pelo geral é uma regra na política. À proporção que você inclui o

¹⁷ Conforme assinalou acertadamente Gaspari (2003), referindo-se à ESG, o “[...] número de estagiários sem ligação com o Estado dificilmente alcançava um terço das turmas” (p. 122). Não chega a 10% das turmas em média do período, conforme critérios de nossa análise.

¹⁸ A maioria dos professores universitários convidados pela ESG provém de instituições públicas federais; por isso colocamos estes como parte da estrutura estatal.

¹⁹ Entrevista realizada com professor esguiano em novembro de 2004 na ESG, Rio de Janeiro.

outro, torna menos egoísta e mais altruísta tal ação política, trazendo maior legitimidade para sustentar relações de dominação já existentes. Uma segunda questão a assinalar é a procura pela legitimação, utilizando-se da estratégia da racionalização pelo argumento da legalização das intervenções, quando lhes convém. O apelo à legalidade será uma constante nas argumentações que buscam justificar a presença dos militares na política, bem como relações assimétricas com os civis.

Procurando a legitimação das Forças Armadas em seus papéis tradicionais também usa-se a estratégia da racionalização, do argumento legal.

Sob inspiração de Weber (1999), podemos dizer que, para dar legitimidade às ações dos militares, a ESG procurou fundamentar racional, tradicional e até carismaticamente o papel das Forças Armadas perante a sociedade²⁰. A documentação que segue, explicando a missão das Forças Armadas, é ilustrativa destas estratégias:

A missão das Forças Armadas é decorrente de sua destinação constitucional [...]

É a definição concisa de uma trajetória, ao longo da história, de dedicação, desprendimento e sacrifício [...] comprometidas com os valores da cultura brasileira e com os superiores anseios [...] (DOC. 28, p. 7-9 d, 1986). Tradições de bravura, de sacrifício, de estoicismo, de desprendimento, de renúncia, de desambição e de participação constante para alcançar e garantir a soberania (DOC. 32, p. 13-14 d, 1988, grifo nosso). Confundir ardilosamente, como sendo uma influência indevida, o que na realidade, através de nossa história, tem sido uma ação conduzida pelas Forças Armadas com o respaldo da legalidade (expressa em nosso ordenamento jurídico) e de legitimidade, aurida na tradição das etnias, na cultura e nos valores que integram (DOC. 28, 17-20 d, 1986, grifo nosso).

As Forças Armadas têm “destinação constitucional”, “respaldo da legalidade”, portanto estão dentro da lei; além disso, esta missão está lastreada na “dedicação, no desprendimento e no sacrifício”, nas “tradições de bravura”, no “estoicismo”, no “desprendimento”, na “renúncia”, na “desambição”, “aurida na tradição das etnias”.

O apelo do documento está primeiramente dirigido à legalidade das regras dadas, ou seja, a defesa da manutenção do papel das Forças Armadas na sociedade é

fundamentada na lei; muito embora as leis possam ser mudadas, o texto não apresenta esta dimensão, e a questão legal é utilizada como recurso para sustentar as relações assimétricas entre civis e militares. Embora os militares, retoricamente, aludissem para a ineficácia das leis contra os golpes, o apelo à manutenção da lei que lhes é favorável é sempre uma constante na documentação.

Relações de dominação podem ser sustentadas, não unificando as pessoas, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar em um desafio aos grupos dominantes, conforme Thompson (1995). A isto o autor chama de diferenciação. É neste sentido que os esguianos ainda mantiveram “os inimigos internos vivos”, no final da década de 1980. Como podemos observar no Quadro 1, o “objeto de atitude” inimigo interno está sempre associado aos “termos avaliativos”, “comunistas”, “subversivos”, “terroristas”²¹.

Quadro 1. Inimigos Internos – Correlação²²

Comunistas (2)
Subversivos (2)
Marxismo-lenismo (2)
Terroristas (2)
Inimigos da Pátria (1)
Demagogos (1)

Fonte: Trabalhos especiais (TE) 1974-1989.
(Santos, Outubro de 2005, quadro 1)

Esta identificação do inimigo, esta diferenciação, como uma estratégia que opera dentro da **fragmentação** é fundamental para coesionar grupos para o enfrentamento do inimigo comum. Assim, a ênfase está naquilo que diferencia os grupos, focando o que os torna não aceitos para a disputa do poder. Então entram as qualificações pejorativas como “comunistas”, “subversivos”, “Marxistas-leninistas”, enfim, uma gama de adjetivos que os desqualifica e, conseqüentemente, os desautoriza para o convívio político e societal²³.

O expurgo do “inimigo interno”, dos comunistas, que teve sua construção no início do século, de fato coesionou os militares em torno do combate de um inimigo comum, mas, por outro lado, também provocou um custo para seu combate ao longo da história republicana. Como vemos, seja através da **dissimulação**, da **legitimação**, da **reificação** ou da **fragmentação**, as produções simbólicas

²⁰ Ver especialmente o capítulo IX, *Sociologia da Dominação*.

²¹ “Objetos de atitude” são os objetos sobre os quais recai a avaliação, como grupos, idéias, acontecimentos, já “termos avaliativos” são os termos que qualificam os objetos de atitude, digamos os predicados (Bardin, 1977, p. 157).

²² O número (2) utilizado neste quadro e nos demais é apenas um padrão utilizado para indicar a frequência acima deste valor (2) dos “objetos de atitude” mencionados, pois nosso recorte amostral do conteúdo dos trabalhos ficou reduzido diante do volume da documentação total consultada. O número 1 indica apenas uma menção a estes objetos.

²³ No período do regime autoritário, torturava-se, prendia-se e por fim, exilava-se os “inimigos”, numa democracia não há espaço para inimigos, porém adversários políticos, muito embora continue-se utilizando deste recurso estratégico, a diferenciação ajuda a afastar os adversários do poder.

procuram sustentar as relações de dominação assimétricas entre civis e militares na sociedade brasileira. Esta assimetria dá aos militares uma condição de tutela. Esta relação de tutela pode ser ilustrada nos Quadros 2 e 3.

No Quadro 2, Forças Armadas/Militares, nós podemos observar que este objeto de atitude (Forças Armadas/Militares) é sempre correlacionado a “defensores da lei e da ordem”, “guardiães da democracia”, “intervêm nos momentos de crise”. Sempre postos numa direção positiva, como também mostra o Quadro 2, estão ausentes a negatividade e a neutralidade. Diga-se de passagem que todos os trabalhos na ESG avaliam a instituição militar de forma positiva, enaltecendo o papel das Forças Armadas.

Quadro 2. Forças Armadas/Militares – Correlação e Direção.

	FORÇAS ARMADAS/MILITARES	
	Neutro	Negativo
Positivo		
Defensoras da Lei e da Ordem, da Pátria (2)	NE	NE
Guardiães da Democracia (2)	NE	NE
Intervém nos momentos de crise(2)	NE	NE
Intervém na falência do poder nacional (2)	NE	NE
Atendem ao clamor Popular (2)	NE	NE
Defesa Interna (2)	NE	NE
Defesa externa (2)	NE	NE
Defesa do Estado (1)	NE	NE
Permanentes, nacionais, hierárquicas e disciplinadas (1)	NE	NE
Dedicadas, despreendidas, abnegadas (1)	NE	NE
Permanentemente preparadas (1)	NE	NE
Canal de mobilidade social, congregadoras de etnias, culturas e correntes sociais (1)	NE	NE

Fonte: Trabalhos Especiais (TE) 1974-1989/quadro do autor. (Santos, Outubro de 2005, quadro 2)

Quando observamos o Quadro 3, Sociedade/Nação/Povo, vemos que este “objeto de atitude”(Sociedade/Nação e Povo), já aparece associado a dois campos polares. Ao campo positivo, há uma enaltação desta nação, então ela é

“democrática”, “criativa”, “miscejenada”, mas no campo negativo, ela “deve amadurecer”, “não conhece seus representantes”, é “presa fácil”.

Quadro 3. Sociedade/Nação/Povo – Correlação e Direção.

SOCIEDADE/NAÇÃO/POVO		
Positivo	Neutro ²⁴	Negativo
Democrática (2)	Organismo vivo(1)	Deve amadurecer (2)
Criativa(2)	Patriarcal(1)	Não conhece seus seus representantes (2)
Sente necessidade de mudança (1)	Cordial (1)	Desinteressada pelas eleições (1)
Miscigenada (1)	Passional(1)	Presa fácil (1)
Adaptável (1)	Ufanista(1)	Semi analfabetos, sem consciência (1)
Pacífica(1)		Copista (1)
		Confunde democracia com liberdade desenfreada(1)
		Conformista(1)

Fonte: Trabalhos Especiais (TE) 1974-1989/quadro do autor. (Santos, Outubro de 2005, quadro 3)

É exatamente nesta brecha que entram os militares. Estas defecções da sociedade colocam-na num risco permanente, que, em curto prazo, não sendo passíveis de serem sanados, encontram nos militares seus protetores tradicionais e legais. O espaço aberto pelos atributos negativos da sociedade justificam a intervenção dos militares, que só possuem atributos positivos. Depreende-se da relação desses quadros a idéia de que as Forças Armadas são fortes e a sociedade, fraca; as Forças Armadas representam ordem e a sociedade, desordem. A anterioridade do Estado e, conseqüentemente, dos militares em relação à sociedade ajuda a explicar este tipo de postura militar que se arroga a tutela da sociedade (Santos, 2005, especialmente capítulo 2).

Conclusão

Procuramos demonstrar neste artigo, nossa hipótese de que a ESG cumpriu um papel importante no processo de transição à democracia no Brasil (1974/1989) justamente

²⁴ Os atributos neutros são aqueles que, uma vez encontrados nos textos não indicavam uma posição de negatividade ou positividade de sua colocação. Por exemplo a palavra “cordial” apareceu referindo-se a obra de Sérgio Buarque de Holanda, apenas como um juízo de fato, não um juízo de valor.

por seu caráter ideológico, qual seja, de que sustentou no plano simbólico a manutenção de relações assimétricas de poder entre civis e militares dentro do aparelho de Estado, recrutando para isso parte da elite civil/militar brasileira. Neste sentido, nossa análise formal das construções simbólicas na ESG coladas no contexto sócio-histórico do período com o uso da Hermenêutica de Profundidade (HP) permitiu duas conclusões basilares.

Em **primeiro** lugar, que as recepções simbólicas, durante os dois últimos governos militares, demonstraram uma congruência com as ações do governo. Em outras palavras, a busca pela institucionalização do Estado de Segurança, através da edificação de instituições que garantiam o grupo de poder no Estado, levadas a cabo por Geisel e Figueiredo, recebe o respaldo da Escola. Assim, a mobilização dos sentidos vai ao encontro das relações de poder assimétricas edificadas pelo regime autoritário. Esta mobilização pode ser constatada pelos vários modos de operação da ideologia identificados na documentação analisada, como vimos na **legitimação**, na **dissimulação**, na **fragmentação**, assim como suas respectivas estratégias como racionalização, universalização, eufemização, a eternalização etc., que procuravam sustentar os militares, enquanto governo, no poder e, conseqüentemente, o próprio regime.

Em **segundo** lugar, dentro desta busca pela institucionalização do Estado de Segurança Nacional, estava embutida a alocação das Forças Armadas num papel tutelar em relação à sociedade. Assim, a documentação analisada na ESG, garantindo “os militares enquanto instituição”, fortalece o poder castrense neste processo. Inclui a passagem dos governos militares para os civis se dá com garantias constitucionais para os primeiros.

Assim, tanto a manutenção do governo quanto a manutenção das Forças Armadas em seu papel tutelar, no período em análise, foram justificadas e legitimadas na ESG, configurando esta instituição como um *locus* ideológico de sustentação do regime autoritário, durante este início do processo transicional da política brasileira. Aqui também a mobilização simbólica no período foi ao encontro destas relações de dominação civil/militares.

Essa relação de tutela foi possível, pois, no governo Sarney, apesar de os militares deixarem de ser governo, tornaram-se os grandes “fiadores” deste primeiro governo civil. Essa tutela foi conjunturalmente possível, não só pelo fato de que a Aliança Democrática já havia acordado compromissos com os militares, sinalizando relações de cooperação com a caserna, mas sobretudo pela corrosão da própria Aliança, motivada pelos fracassos sucessivos no plano econômico, a que o governo foi submetido, como vimos. Na falta de uma base de sustentação política institucional civil, Sarney apóia-se nos militares. O governo, por seu turno, utiliza-se dos militares, na figura do General Leônidas, para

aprovar seus projetos essenciais, como os cinco anos de seu mandato e a garantia do presidencialismo. Por outro lado, os militares asseguram compromissos, apoio e votos no processo constituinte que garantiram seus poderes tradicionais, preservando, assim, no arcabouço estrutural constitucional, as relações de dominação civil-militares.

Paralelamente a essas lutas políticas objetivas dos militares, houve também uma luta simbólica, no transcorrer de todo o processo transicional, na qual a ESG, como demonstramos, buscou sustentar os militares nos seus papéis constitucionais, preservando um papel tutelar em relação à sociedade brasileira. Em outras palavras, procuramos deixar claro, através da análise das recepções simbólicas dos estagiários da ESG, como se deu a sustentação ideológica dessas relações de dominação assimétricas entre civis e militares, bem como, conseqüentemente, a eficiência da DSN sobre seus estagiários.

Referências

- ALVES, M.H. 1984. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 337 p.
- BARDIN, L. 1977. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Ed. 70, 226 p.
- CASTRO, C. e D'ARAÚJO, M.C. 2001. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 336 p.
- D'ARAÚJO, M.C. e CASTRO, C. (orgs.). 2000. *Democracia e forças armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 336 p.
- DAHL, R. 1976. *A Moderna análise política*. Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 167 p.
- GASPARI, E. 2003. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 538 p.
- O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P.C. 1986. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo, Ed. Vértice, 158 p.
- OLIVEIRA, E.R. de. 1994. *De Geisel a Collor. Forças armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus, 352 p.
- PRZEWORSKI, A. 1984. Amas a incerteza e será democrático. *Novos Estudos*, 9:36-46.
- REZENDE, M.J. de. 2001. *A Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina, Ed. UEL, 386 p.
- SANTOS, E.R. 2005. *Ideologia e Dominação no Quadro da Transição Democrática no Brasil (1974/1989). Um estudo sobre a Escola Superior de Guerra*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 301 p.
- SILVA, G.C. 1989. A conjuntura política nacional: o poder executivo. *Revista da Escola Superior de Guerra*, 5(12):111-135.
- STEPAN, A. 1986. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro, Vozes, 125 p.
- THOMPSON, J.B. 1995. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis, Vozes, 427 p.
- WEBER, M. 1999. *Economia e sociedade*. Brasília, Ed. UNB, 580 p.
- ZAVERUCHA, J. 1994. *Rumor de sabres. Tutela Militar ou Controle Civil*. São Paulo, Editora Ática, 270 p.

Submetido em: 14/11/2005

Aceito em: 06/12/2006